CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO:

SINFAR-GO - SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE GOIÁS;

E DO OUTRO LADO:

SINCOFAGO - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE GOIÁS;

MEDIANTE AS CONDIÇÕES E CLÁUSULAS SEGUINTE:

Cláusula 1ª : DA VIGÊNCIA E DATA-BASE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá duração de 01 (um) ano, entrando em vigor em 1º de outubro de 2011 e terminando em 30 de setembro de 2012 e a data-base da categoria em 01 de outubro.

Cláusula 2ª : DA ABRANGÊNCIA

O presente instrumento normativo aplicar-se-á às relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre os estabelecimentos do comércio varejista de produtos farmacêuticos que contratarem farmacêuticos no Estado de Goiás, exceto Anápolis, Rio Verde e Luziânia - GO.

Cláusula 3ª : DO SALÁRIO NORMATIVO

A partir de 01 de outubro de 2011, fica assegurado ao farmacêutico e/ou responsável técnico um reajuste de 7,4% (sete vírgula quatro por cento) e o piso salarial de:

§ 1º - Jornada de Trabalho de até 40 (quarenta) horas semanal (de segunda a sexta-feira)

HORAS	SALÁRIO PISO	JORNADA
2 horas diárias	R\$ 776,00	10 h (seg/sex)
4 horas diárias	R\$ 1.549,00	20 h (seg/sex)
6 horas diárias	R\$ 2.320,00	30 h (seg/sex)
8 horas diárias	R\$ 3.095,00	40 h (seg/sex)

§ 2º - Jornada de Trabalho de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais (sendo que aos sábados, a jornada de trabalho de cada farmacêutico será de quatro horas diárias)

HORAS	SALÁRIO PISO	JORNADA
2 horas diárias	R\$ 967,00	10 h (seg/sex) e 4 h sábado
4 horas diárias	R\$ 1.739,00	20 h (seg/sex) e 4 h sábado
6 horas diárias	R\$ 2.514,00	30 h (seg/sex) e 4 h sábado
8 horas diárias	R\$ 3.285,00	40 h (seg/sex) e 4 h sábado

Cláusula 4ª : DO RECIBO DE PAGAMENTO SALARIAL

Ficam as empresas obrigadas a mencionarem na CTPS de cada farmacêutico, desdobramentos de todas as partes que compõe a remuneração, ou seja, salário fixo, adicional, percentuais, gratificações ajustadas, sob pena de não ser considerado cumprido o pagamento da verba especificada.

Cláusula 5ª : DO FARMACÊUTICO SUBSTITUTO

O Farmacêutico substituto perceberá o salário do substituído (especialmente no caso de férias ou licença por qualquer motivo).

Cláusula 6ª: DA TAXA ASSISTENCIAL DEVIDA PELOS FARMACÊUTICOS AO SINDICATO DOS EMPREGADOS E DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA

As empresas procederão ao desconto de 5% (cinco por cento) de todos os seus farmacêuticos empregados por cada ano, a título de taxa assistencial, recolhendo-a em favor do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás, mediante guia que conste o nome do Farmacêutico, podendo o trabalhador opor-se perante o Sindicato Profissional dentro do prazo de 10 (dez) dias após desconto da primeira parcela da taxa assistencial, da seguinte forma: no pagamento relativo ao mês de outubro-2011, descontar 3% (três por cento); em novembro de 2011, descontar 2% (dois por cento);

§ 1º - Para os farmacêuticos sindicalizados admitidos após a data-base, o desconto será efetuado no primeiro pagamento, sendo que a empresa deverá recolher a contribuição em favor do Sindicato dos Farmacêuticos

no Estado de Goiás, num prazo máximo de dez (10) dias após o desconto em folha.

§ 2º - O não cumprimento da obrigação sujeitará a empresa ao pagamento do valor às suas expensas, além de multa de 1% (com limite máximo equivalente ao valor da taxa assistencial), sobre o valor original e atualizado com juros de mora de 0,34% ao dia e correção monetária.

§ 3º - O comunicado de oposição ao desconto somente poderá ser feito perante o Sindicato dos Farmacêuticos e por intermédio do próprio empregado.

§ 4º - O farmacêutico que prestar serviço em local não contemplado por sede ou diretório do Sindicato dos empregados, poderá fazer a comunicação por carta AR, protocolada dentro do prazo assinalado no caput da presente cláusula, com firma reconhecida em cartório de sua assinatura.

Cláusula 7ª : **DOS DESCONTOS SALARIAIS**

Exceto os previstos em lei e neste instrumento coletivo, ficam proibidos quaisquer descontos sem a autorização prévia do empregado.

Cláusula 8ª. **DAS HORAS EXTRAS**

As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras e de 100% (cem por cento) sobre as subseqüentes.

Cláusula 9ª : **DA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES**

As empresas empregadoras de farmacêuticos se obrigam a remeter todas as rescisões de contrato de trabalho de empregados farmacêuticos ao sindicato da categoria para homologação da mesma.

Cláusula 10ª : **DA FIXAÇÃO DA RESPONSABILIDADE**

Todo estabelecimento deverá afixar o nome e o CRF do responsável farmacêutico em lugar visível no estabelecimento.

Cláusula 11ª: **DAS ATRIBUIÇÕES DO FARMACÊUTICO**

A responsabilidade técnica é o desempenho de funções especializadas exercidas em Drogarias e Farmácias, observando sempre a legislação vigente. São recomendadas para o exercício das atividades profissionais farmacêuticas:

- a) Escreitar, registrar e conferir o estoque dos medicamentos controlados pela Portaria 344/98 rotineiramente;

- b) Desenvolver mecanismos e rotinas para verificar se os produtos comercializados nas drogarias e farmácias estão registrados corretamente nos órgãos competentes;
- c) Desenvolver mecanismos e rotinas para verificar se os produtos recebidos estão com a data de validade em condições de serem comercializadas, bem como do estoque de medicamentos existentes nas drogarias e farmácias;
- d) Desenvolver programas de assistência farmacêutica que contemplem o cadastro de pacientes crônicos, aferição de pressão arterial, testes bioquímicos e outros que não houver restrições legais;
- e) Desenvolver programa de armazenamento e controle para produtos termolábeis.
- f) Coordenar e orientar a aplicação de injetáveis, aplicando-os se necessário e se as condições assim permitirem.
- g) Coordenar a intercambialidade de medicamentos.

Parágrafo primeiro: A empresa é obrigada à aquisição de livros técnicos, sendo estes: 1(um) DEF Dicionário de Especialidades Farmacêuticas e/ou Dicionário Terapêutico Guanabara ou outro.

- a) 1(um) livro de interações medicamentosas (PR Vade Mecum ou outro) e
- b) 1(um) livro de farmacologia (Penildon Silva ou outro);

Cláusula 12^a : **DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E DO UNIFORME**

Os empregadores fornecerão gratuitamente aos empregados farmacêuticos todo o material e instrumento de trabalho adequado à função exercida, além de uniformes gratuitos, se a empregadora exigir.

Cláusula 13^a : **DA JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho será de até 44 horas semanal de segunda a sexta-feira, ou de segunda a sábado, conforme contrato avençado entre as partes:

Parágrafo único: Fica criada a jornada de trabalho de 02 (duas) horas diárias; 04 (quatro) horas diárias e 06 (seis) horas diárias, além da de 08 (oito) horas diárias.

Cláusula 14^a : **DO ABONO DE PONTO**

Sem prejuízo para sua remuneração o farmacêutico poderá ausentar-se do emprego até 08 (oito) dias por ano para comparecer a cursos, eventos científicos, pós-graduação, relacionados especificamente com sua atividade profissional, mediante comprovação de participação no evento. Devendo ainda o farmacêutico protocolar previamente o requerimento de afastamento provisório perante o Conselho Regional de Farmácia e Vigilância Sanitária.

Cláusula 15^a : **DO ACESSO AOS DIRIGENTES SINDICAIS**

Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, nos intervalos destinados à alimentação e descanso, para desempenho de suas funções, vedadas a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

Cláusula 16^a : **DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão regulados pela CLT e pela legislação expressa que regula as relações laborais, e resolvidas as controvérsias na Justiça do Trabalho.

Cláusula 17^a : **DA MULTA**

Em caso de violação de qualquer dispositivo constante desta Convenção, fica estabelecida a multa de 10% (dez por cento) do piso da categoria em favor da parte prejudicada.

Cláusula 18^a : **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As partes que celebram a presente Convenção se obrigam a promover ampla divulgação e publicação da mesma.

E por estarem assim justos e acordados, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Goiânia, 01 de outubro de 2.011.

Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás
CADRI SALEH AHMAD AWAD – Presidente

Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos no Est.Goiás
JOÃO AGUIAR NETO – Presidente